

NOTAS PRELIMINARES SOBRE A CRISE DO SISTEMA AGROEXPORTADOR DA ZONA DA MATA MINEIRA (1920/1940)

Nicélio do Amaral Barros¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo delinear os principais pontos de um projeto de tese que está se iniciando. Para tanto, analisamos teoricamente: a) os impactos nacionais da crise internacional de 1929; b) a política econômica do governo brasileiro entre 1920 e 1940 e; c) a ação das elites nacionais diante do projeto varguista de industrialização na década de 1930. Em seguida, abordamos as mudanças ocorridas no segmento urbano-industrial do complexo cafeeiro sediado na cidade de Juiz de Fora, na zona da Mata mineira, durante as décadas de 1920 e 1930, em especial no período pós-1929. Para tanto, são analisadas fontes primárias, como processos de falências de sociedades anônimas e firmas limitadas dos ramos industrial, financeiro e comercial. Por fim, procuraremos detectar a ascensão da burguesia sediada em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, no pós-1930.

Palavras-chave: crise de 1929; política econômica nacional; Minas Gerais (Estado); crise financeira; mudanças político-institucionais.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Lélío Luiz de Oliveira (FEARP-USP). O autor é Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: nicelio@usp.br

Introdução

Consideramos que as análises históricas regionais que problematizam os rumos da política econômica brasileira no período republicano possam contribuir significativamente nas análises mais abrangentes sobre o tema. O estudo dos efeitos políticos e econômicos no âmbito regional – seja da crise do sistema agrário-exportador, seja sobre a crise de 1929 ou sobre o período pós-1930 a partir da ascensão de Getúlio Vargas à presidência do país – é um exemplo dessa contribuição. Assim como se fazem necessárias pesquisas acerca das estratégias, discursos, conflitos, alianças, reajustamentos ou rupturas das elites políticas e econômicas regionais diante das novas orientações em termos de política econômica no decorrer dos anos 1930. Conforme aponta Mazzeo (1995, 27), “A produção cafeeira como vimos, foi responsável pelo que chamamos de produção nacional. A nível do desenvolvimento do capitalismo (quer dizer o avanço para relações plenamente capitalistas), o que representou esse processo modernizador?”

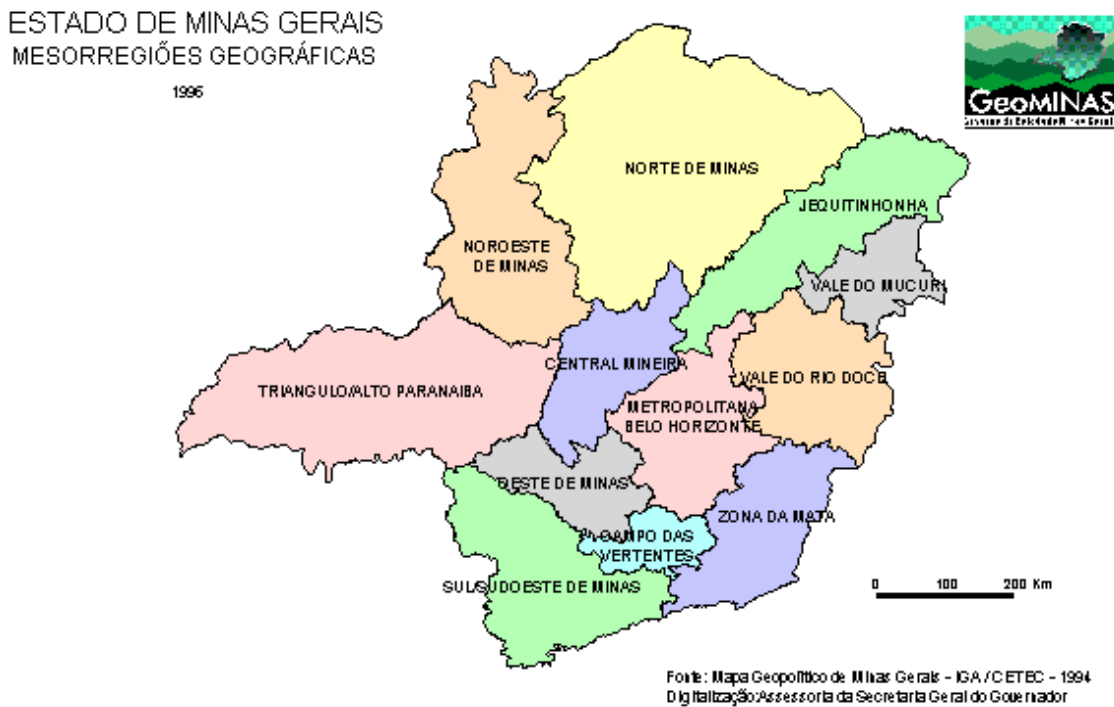
Estudos e análises sobre o tema que explorem suas variáveis, interfaces e especificidades, para além das explicações maniqueístas e/ou ideológicas onde comumente impõem-se visões que se esforçam em privilegiar ora as condicionantes políticas, ora as condicionantes econômicas e a supremacia de um ou de outro campo.

Desenvolvimento

Este Projeto propõe a pesquisa e análise das interfaces entre a questão regional e o desenvolvimento econômico em Minas Gerais diante das diretrizes nacionais em termos de política econômica no período compreendido entre a última década da Primeira República (1920) e a primeira década do governo de Getúlio Vargas (1930). Entendemos que o desenvolvimento desigual das regiões que compõem o Estado de Minas Gerais é um dado histórico desde o seu povoamento pelo elemento branco entre o final do século XVII e o início do século XVIII. Nenhuma das mudanças ocorridas posteriormente foi capaz de dar uma unidade regional a Minas, nem mesmo o avanço do capitalismo durante o século XX, como aponta Marson (2017).

O desenvolvimento desigual das diversas regiões mineiras foi constatado por diversos autores e trabalhos, a maioria apontando para o fato de que, mesmo o processo de industrialização em ritmo acelerado desde os anos 1930 não atingiu a totalidade do estado, cenário analisado por Delgado (1997); Dulci (1999); Paula (2006) e Barros (2007). Pelo contrário, tal processo vem agravando as disparidades regionais, fazendo ampliar a tendência de concentração da produção nas áreas mais desenvolvidas, nas constatações de Domingues et al (2010); Salvato (2006) e Figueiredo e Diniz (2000).

Mapa 1: Minas Gerais – Mesorregiões Geográficas



Fonte: <<http://www.mg.gov.br/governomg/portal/ini/governomg/municipios/5505-mapas-e-geociencias/5542/5143>>

A zona da Mata, como mostra Valverde (1958), localiza-se a Sudeste do estado, nas divisas com os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, conforme mostra o Mapa 1, constituiu-se, entre meados do século XIX até a década de 1930 a região economicamente mais desenvolvida de Minas Gerais, conjunturas enfatizadas por diversas pesquisas, entre elas as de Pires (2004); Giroletti (1988); Destro (2006) e Barros (2007).

A cidade já funcionava como entreposto comercial desde o período minerador e, posteriormente, no decorrer da primeira metade do século XIX, começa a abrigar as primeiras fazendas produtoras de café, financiadas com capital advindo do setor comercial-mercantil sediado na região mineira das Vertentes, tendo na Praça do Rio de Janeiro, o seu principal mercado consumidor, movimentos caracterizados por Almico (2009); Oliveira (2005); Lenharo (1979). Em outras palavras, à medida que aumenta a produção cafeeira – uma constante até 1929 – e diversifica-se a economia, a cidade torna-se referência para a região não somente pelo seu parque industrial, mas também pelos serviços que oferecia, tais como estabelecimentos bancários, casas comerciais diversas, além de uma infraestrutura educacional bastante procurada, segundo Miranda (1990) e Christo (1988). Nesse sentido, partindo da caracterização do sistema de uso do solo predominante na produção agrícola para fins de exportação, de natureza essencialmente extensiva, pudemos perceber que a região manteve condições objetivas favoráveis à expansão cafeeira (dizemos isso pela

presença de matas virgens no interior das unidades caracterizadas nos inventários *post-mortem*) pelo menos até meados da década de 1920, nas visões de Barros (2007); Pires (2004) e Destro (2006) e conforme apontam os dados constantes da Tabela 1.

Tabela 1: Número médio de pés de café por unidade – Juiz de Fora – 1880/1929

DÉCADA	Nº PÉS TOTAL	Nº UNID.	Nº PÉS/UNID.
1880/89	1.808.912	14	129.208
1890/99	1.558.254	17	91.662
1900/09	1.558.740	20	77.937
1910/19	1.432.488	12	119.374
1920/29	781.686	18	43.427

Fonte: BARROS (2007).

Entretanto, entre as décadas de 1940 e 1960, Juiz de Fora – maior cidade da região, hoje com 550.000 habitantes – perde o posto de liderança para Belo Horizonte, fato demonstrado por Barros (2008); Paula e Monte-Mór (2004); Paula (2008) e Singer (1977), posto esse jamais recuperado, pelo contrário, uma vez que Juiz de Fora oscila atualmente entre as 8^a e 10^a posições no ranking de cidades mais desenvolvidas de Minas, enquanto a zona da Mata só alcança resultados econômicos mais satisfatórios do que os das regiões dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, dados apontados pela Fundação João Pinheiro (Minas Gerais/FJP, 2011).

Entre as sete maiores microrregiões da zona da Mata, seis estão estagnadas (Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Cataguases, Manhuaçu e Além Paraíba) enquanto uma (Leopoldina) está em depressão econômica (Maranduba, 2007). É esse o pano de fundo deste projeto, aquilo que motivou nossos questionamentos e a busca por respostas, tão escassas na literatura correspondente.

2. Contexto teórico e historiográfico

A evolução socioeconômica da zona da Mata mineira vinha sendo interpretada, até a década de 1990, a partir de um ponto de vista que nos parecia equivocado. De um lado, avaliava-se a estrutura da economia agroexportadora que se desenvolveu no município pólo da região aqui estudada – Juiz de Fora – e na própria região como fundamentada na pequena propriedade. Essa conformação fundiária por si só caracterizaria a região, bem como seu espaço agroexportador, como dotados de uma singularidade básica diante os

principais núcleos agrários de exportação do país. Dentre tais trabalhos, podemos citar os de Souza (1998); Arantes (1991); Giroletti (1987); Wirth (1982); Lima (1981) e Paula (1976).

Por outro lado, a produção cafeeira da região teria sofrido seu processo de crise irreversível já no final do século XIX, com a abolição da escravidão, ou no mais tardar com a crise dos preços que caracteriza o início do século XX, nas visões de Lima (1981); Giroletti (1987); Martins (1980). Por fim, mas não menos importante, a região da Mata mineira, por se localizar em um estado sem vazão própria para as suas exportações, componente estratégico em qualquer economia de natureza agroexportadora, teve que se articular de maneira particular com o Rio de Janeiro, o principal canal de comercialização do fluxo de produção da região, estabelecendo uma dependência financeira com essa Praça que teria permanecido intacta até a crise de 1929, posição defendida sobretudo por estudos ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (IHGJF), como Oliveira (1988); Bastos et al (1987); Stheling (1979) e Oliveira (1966).

Assim, maneira boa parte do excedente gerado na economia local teria sido transferido para o sistema financeiro sediado na capital da Corte/República. Dada a posição também privilegiada assumida pelo capital comercial no conjunto dos sistemas agroexportadores do país e mais especificamente aquele do Rio de Janeiro, como bem demonstram Levy (1994); Tannuri (1981) e Lobo (1978), estaria caracterizado um importante canal de afluência de recursos gerados na economia cafeeira local para aquele centro urbano, dificultando a retenção de excedente e dificultando a transição escravista-capitalista na região, argumentos centrais dos trabalhos de Lana (1985) e Libby (1988).

A nosso ver, para além do limitado instrumental de pesquisa baseado em relatórios apresentados a presidentes da província, censos e estatísticas oficiais, caracterizam-se tais visões historiográficas por interpretações parcialmente equivocadas da dinâmica do processo de diversificação urbano-industrial ocorrido na cidade, sobretudo a partir da década de 1880, como bem apontam Miranda (1990); Oliveira (1991); Pires (1993; 2004; 2010); Almico (2001) e Croce (2006). Ou, quando a reconhece, vai procurar sua explicação principalmente em motivações não vinculadas diretamente à produção cafeeira da Mata mineira, como a vocação industrializante dos imigrantes teutônicos, conforme defendem Blasenhein (1982); Stheling (1979) e Arantes (1991). Nesse sentido, a região e sua economia agroexportadora trazia consigo uma fragilidade estrutural, dado ao fato de não ter desenvolvido em sua trajetória de crescimento, mecanismos de retenção de capitais, de excedentes e de recursos econômicos em seu espaço próprio de realização, conforme apontamos acima nos estudos de Giroletti (1987; 1988) e de Arantes (1991).

No entanto, desde o início dos anos 1990, novas abordagens alicerçadas em fontes como inventários *post-mortem* de fazendeiros e investidores capitalistas, registros paroquiais de terra, listas nominais de escravos, processos de aberturas de firmas comerciais, bancárias e industriais, balancetes de empresas limitadas e de sociedades anônimas, processos de falências e concordatas, têm surgido procurando explicar o processo de transição

escravista-capitalista na região. São os casos dos trabalhos de Andrade (1995); Guimarães (2005); Saraiva (2001); Almico (2001).

Foi demonstrado em geral por essas novas abordagens que, longe do predomínio de pequenas propriedades, a economia agroexportadora regional se fundamentou em um regime fundiário marcado pelo predomínio territorial da grande propriedade, com uma dinâmica crescente de produção e de capacidade de reprodução econômica entre a década de 1880 e meados da década de 1920, quando a economia local apresenta os primeiros sinais de esgotamento do modelo no qual foi erguida. Andrade, por exemplo, demonstra de forma pioneira em sua tese, que as propriedades agrícolas da zona da Mata consideradas pequenas ou médias – de até 200 alqueires mineiros, ou 600 hectares – numericamente significavam 65% do total. No entanto, as 35% restantes, com mais de 200 alqueires, ocupavam 68% do total de terras. Dados muito próximos foram encontrados por Pires (1993; 2004). Ou seja, bem posterior ao que tinha sido delimitado pela historiografia que abordamos acima. Ainda em Andrade (1995), podemos ver a análise dos registros paroquiais de terra revelou que os grandes proprietários (aqueles com propriedades com 200 ou mais alqueires de terra) detinham a grande maioria da área total ocupada nos dois maiores municípios produtores de café da região, Juiz de Fora e Muriaé.

3. Produção cafeeira, ramo financeiro e estrutura industrial

Em concordância com os dados encontrados por Pires (2004), onde o autor analisa em detalhes a formação desse sistema financeiro endógeno e sua importância para o processo de endividamento e reprodução capitalista na zona da Mata até o ano de 1929, os mesmos indicam que a concentração fundiária na região alavancou mecanismos para a retenção de capital no espaço compreendido pela esfera produtiva da economia regional. Podemos inferir que a partir do surgimento de um sistema financeiro endógeno, responsável por hipotecas, empréstimos e financiamentos bancários de curto e longo prazo (ver Marcondes e Oliveira, 2018), transformando a zona da Mata mineira na região economicamente mais desenvolvida de Minas Gerais no período compreendido entre os anos de 1870 e 1930, conforme a tese de Pires (2004).

Em minha dissertação, Barros (2007), procurei demonstrar que Pelo menos até a década de 1930, Juiz de Fora – principal polo urbano da zona da Mata – foi a cidade mais desenvolvida de Minas Gerais. Reunia um considerável parque urbano-industrial (analisado no decorrer deste Projeto), produzia mais de 80% do café exportado por Minas, sendo responsável por mais de 70% das rendas internas do governo mineiro. A região contava com expressivas lideranças políticas estaduais e nacionais, em especial Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Artur Bernardes e José Francisco Bias Fortes. Em Juiz de Fora ficava também a sede da principal instituição bancária de Minas, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A (Credireal), além de uma cena cultural expressiva onde chamavam a atenção os teatros com suas peças e musicais, as faculdades com diversos cursos superiores ofe-

recidos, além de uma grande diversidade de migrantes e de imigrantes, sobretudo os teutônicos, italianos, helvéticos, galegos, sírio-libaneses, espanhóis e portugueses. O trabalho de Christo (1988), confirmam os dados acerca das etnias imigrantes. O dito acima podem ser melhor visualizados a partir dos dados constantes nas Tabelas 2, 3, 4 e 5.

Tabela 2: Juiz de Fora – Relação dos Estabelecimentos Industriais – (1870-1877)

Indústrias existentes em 1870	Número	Indústrias existentes em 1877	Número
Oficinas de Ferreiros	07	Oficinas de Ferreiros	12
Olarias	06	Olarias	04
Fábricas de Carroças	03	Fábricas de Carros e Carroças	05
Selarias	03	Selarias e Oficinas de Correeiro	04
Fábricas de Fogos de Artifício	02	Fábricas de Fogos de Artifício	02
Funilarias	02	Oficinas de Funileiro e Caldeireiro	09
Oficinas de Marceneiro	02	Oficinas de Marceneiro	03
Charuteiros	02	Fábricas de Charutos e Cigarros	04
Padarias	02	Padarias e Confeitarias	06
Sapatarias	02	Sapatarias	10
Fábricas de Chapéus de Sol	01	Oficinas de Chapeleiro	02
Oficinas de Colcheiro	01	Oficinas de Colcheiro	02
Fábricas de Cerveja	01	Fábricas de Cerveja	02
		Oficinas de Carpinteiro	06
		Casas de Café Torrado	02
		Tipografia	01
		Oficinas Diversas	06
Total	34	Total	80

Fonte: (Para 1870): OLIVEIRA, P. (1966). (Para 1877): ESTEVES, A. (1915).

Tabela 3: Juiz de Fora – Participação da Indústria em relação a Minas Gerais e Zona da Mata – 1907

	Minas gerais (estado)	Zona da mata (região)	Juiz de fora (cidade)	% Minas Gerais	% Zona da Mata
Nº indústrias	524	192	43	8,20	22,34
Capital [☒]	26.515	10.459	5.859	22,09	56,01
Operários	9.421	2.997	1.516	16,09	50,58
Produção [☒]	32.444	14.070	8.341	25,86	59,28
Capital/ind. *	53	54,47	136,25	+ 157	+ 150
Operários/ind.	18	15,60	35,25	+ 96	+ 125
Produção/ind. *	62	73,28	193,27	+ 213	+ 164

Fonte: Centro Industrial do Brasil (1909), v. III, pp. 45-9, 60, 265. (dados compilados)
*Em contos de réis (moeda nacional entre os anos de 1822 e 1942)

Tabela 4: Minas Gerais – Juiz de Fora – Belo Horizonte – Setor da indústria, número de empresas e operários por ramo, média de operários por ramo – 1920

RAMO INDUSTRIAL	Minas Gerais				Juiz de Fora				Belo Horizonte			
	Nº EMP.	Nº OP.	%	M O/E	Nº EMP.	Nº OP.	%	M O/E	Nº EMP.	Nº OP.	%	M O/E
1. Extrativa	57	7.633	23,6	133,9	1	6	0,1	6		-	-	
2. Transformação	1.394	24.730	76,4	17,7	105	4.847	99,9	46,2	71	100	100	31
Têxtil	66	10.910	33,7	165,3	19	2.900	59,8	152,6	5	36,3	36,3	161,2
Couros e Peles	52	505	1,6	9,7	9	113	2,3	12,6	5	2,7	2,7	12,2
Madeira	95	1.658	5,1	17,5	6	81	1,7	13,5	10	8	8	17,8
Metalúrgica	50	852	2,6	17,0	15	372	7,7	24,8	5	7,3	7,3	32,4
Cerâmica	34	1.161	3,6	34,1	3	210	4,3	70	5	8,9	8,9	39,6
Produtos Químicos	18	245	0,7	13,6	2	17	0,4	8,5	1	0,4	0,4	9
Alimentação e Bebida	892	5.486	16,9	6,2	16	272	5,6	17	19	7,6	7,6	8,9
Vestuário e Calçados	37	635	2,0	17,2	19	204	4,2	10,7	8	11,5	11,5	31,9
Mobiliário	4	27	0,1	6,8	2	13	0,3	6,5	2	0,6	0,6	7

Não Metálicos	5	22	0,1	4,4	1	8	0,2	8	3	0,5	0,5	4
Mat. Transporte	5	34	0,1	6,8	1	5	0,1	5	1	0,4	0,4	8
Indústria Gráfica	6	511	1,6	85,2	2	215	4,4	107,5	3	12,2	12,2	90,3
Indústrias Reunidas	101	2.315	7,2	22,9	9	405	8,3	45	2	2,5	2,5	28
Outras	29	369	1,1	12,7	2	32	0,7	16	2	1,1	1,1	12
Total	1.451	32.363	100,0	22,3	106	4.853	100	46	71	100	100	31,3

Fonte: Minas Gerais (1926), v. III, pp. 254-75. Dados relativos ao Censo Econômico-Industrial

Nº EMP. = Número de Empresas por Setor; Nº OP = Número de Operários; % = Percentual de Operários por Ramo Industrial; M O/E = Média de Operários/Empresa.

Tabela 5: Indústrias criadas em Juiz de Fora (MG), por ramos de atividade – 1915-1930

TIPOS	1915/19	1920/24	1925/30	TOTAL
Alimentação/Bebidas	2	1	7	10
Tecelagem, Malharia e Artefatos de Tecidos	1	4	7	12
Madeira: serraria, fábrica de móveis, carpintaria	1	2	3	6
Litografia/Tipografia	1	3	3	7
Cerâmica e construção	-	2	3	5
Metalurgia	-	6	7	13
Curtume, calçados e artefatos de couro	-	1	5	6
Produtos farmacêuticos	-	1	3	4
Diversos	2	5	2	9
TOTAL	7	25	40	72

Fonte: Boletim DEE (1948). “Produção industrial do estado de Minas Gerais”

Quanto à canalização de recursos para o Rio de Janeiro – decrescentes no período em relação aos investimentos locais, como aponta a Tabela 6 – as pesquisas indicam que o surgimento de um sistema financeiro liderado pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A (Credireal), fundado em Juiz de Fora no ano de 1889, teria inviabilizado o fluxo do excedente monetário gerado na região pelo menos até o ano de 1929 e, mais do que isso, se constituiu num importante fator na condução do processo de transição capitalista na forma como ali se deu, processo estudado por Almico (2001; 2009).

Tabela 6: Localização das empresas com ações presentes no patrimônio de fazendeiros de Juiz de Fora – 1880/1929 – (valores em mil-réis)

Década	Juiz de Fora	%	Rio de Janeiro	%	Total
1880/89	124:825	88,37	16;424	11,62	141:249
1890/99	570:385	79,15	150:232	20,64	720:617
1900/09	95:520	89,5	11;200	10,49	106:720
1910/19	467:440	98,94	5:000	1,05	472:440
1920/29	24:500	96,49	891	3,5	25:391

Fonte: PIRES (1993).

Aqui, entretanto, como chama a atenção Pires (2010), devemos ficar atentos no sentido de que o rompimento das relações *tradicionais* de financiamento da economia local não correspondeu à ruptura das condições estruturais de comercialização externa determinantes da economia regional. Isto é, os fluxos de comercialização externa desta economia continuaram sendo realizados predominantemente no Rio de Janeiro, uma limitação estrutural que acompanha toda a história da zona da Mata, até pelo menos os anos 1930 e que vai corresponder a uma de suas especificidades mais significativas, conferindo-lhe natureza essencialmente marginal ou periférica frente a outros núcleos de produção agroexportadores.

Ou seja, as novas abordagens apontam para a existência de uma estrutura agroexportadora, caracterizada pela predominância da grande propriedade fundiária pelo menos até 1930 – a região ainda carece de estudos que abarquem não apenas o período de transição entre as décadas de 1920 e 1930, mas também o período que corresponde até a década de 1960, quando, ao que parece, segundo Barros (2007), Juiz de Fora inicia seu lugar como cidade prestadora de serviços –, se distanciando do setor industrial o que teria permitido uma retenção endógena do capital excedente, originando uma diversificação urbano-industrial sediada no município de Juiz de Fora.

4. Por uma nova interpretação teórica e metodológica

Dessa forma, novamente na contramão das interpretações historiográficas predominantes, podemos dizer que guardadas as condições de acumulação do capital cafeeiro e de retenção de recursos no espaço endógeno da economia regional, percebemos que a zona da Mata conseguiu realizar o processo de transição capitalista em alguns de seus elementos

mais significativos, como a constituição de um mercado de trabalho assalariado na região, com uma tipologia variada de relações de trabalho, com predominância da remuneração monetária, em pesquisas realizadas por Saraiva (2001) e Andrade (1987).

Para se ter uma idéia, no município de Juiz de Fora, em torno dos anos 1895-96, havia cerca de 280 mil libras em circulação na economia como decorrência de pagamento de salários no setor cafeeiro, responsável por algo em torno de 40% da renda anual das exportações mineiras, em dados de Pires (1993) e Saraiva (2001). Tal remuneração trouxe para o seio da economia regional as conseqüências mais importantes para sua transformação estrutural: a dinamização de um mercado interno de bens assalariados (com o respectivo impulso ao processo de industrialização local) e o crescimento dos níveis gerais de monetização da economia, provocando uma maior demanda por liquidez, por parte dos agentes econômicos, e uma tendência de maior aproximação entre a estrutura produtiva e o segmento financeiro recém-surgido na economia da Mata. Tais possibilidades para as citadas transformações estruturais em núcleos interioranos são efetivamente demonstradas por Silva, Oliveira e Oliveira (2017) e sugeridas em Villela e Suzigan (2001).

Diante de tal quadro a participação do capital agrário local no processo de diversificação urbano-industrial ocorrido na época, avaliado pela presença de ações e outros títulos nos inventários de fazendeiros da região, longe de permanecerem restritos à esfera produtiva da economia que o gerou, ultrapassou tais limites, como resultado de seu processo de acumulação e valorização, atingindo aqueles setores mais próximos da modernização capitalista que então se efetivava, conforme o demonstrado na Tabela 7 abaixo.

Tabela 7 – Principais empresas com ações no patrimônio de fazendeiros de Juiz de Fora – 1870/1929

SETORES	EMPRESAS
RODO – FERROVIÁRIO	Cia. União e Indústria; Cia. União Mineira; Cia. Ramal do Rio Novo; Cia. Est. de Ferro Juiz de Fora – Piau
FINANCEIRO	Banco Territorial e Mercantil de MG; Banco de Crédito Real de MG
TRANSPORTES URBANOS	Cia. Ferrocarril de Porto das Flores; Cia. Ferrocarril Bondes de Juiz de Fora
ENERGIA ELÉTRICA	Cia. Mineira de Eletricidade
CONSTRUÇÃO CIVIL E INDUSTRIAL	Cia. Construtora Mineira

INDUSTRIAL	Cia. Chimica Industrial Mineira; Cia. Mecânica Mineira; Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mirai; Cia. Fiação e Tecelagem S. Vicentino; Cia. Laticínios de Juiz de Fora
DIVERSOS	Soc. Progresso de JF; Cia Promotora da Indústria; Academia de Comércio; Cia. Mutuação Comercial e Agrícola;

Fonte: Inventários. Juiz de Fora. 1870/1929 apud PIRES (1993).

Um caso típico daquilo que Albert Hirschman (1985) chamou de “abordagem dos linkages generalizados ao desenvolvimento” ou “efeitos de encadeamento a partir de um produto principal”, quando investimentos financeiros do setor primário induzem a abertura de indústrias no que chamou de linkages “para trás” e “para frente”, conceito também proposto em Nogueról (2016); Watkins (1963); Innis (1956); Baldwin (1977); Ciccone (2008); Willumsen e Dutt (1991); Albuquerque e Nicol (1987); Pires (2004).

Para Hirschman, os *linkages* de produção são dois: os “para trás”, que medem a indução a investir na produção doméstica de insumos, inclusive bens de capital, para o setor exportador em expansão. Podemos citar como exemplo a construção de sistema de transportes para a coleta do produto básico. Obviamente, tais efeitos são mais efetivos quando a tecnologia exigida permite a produção doméstica. Os efeitos “para frente” medem a indução em investir em atividades econômicas que usam o produto do setor exportador como consumo. Como exemplo, no caso de um complexo cafeeiro, os investimentos na indústria da sacaria de juta. Em Juiz de Fora, na minha pesquisa para o mestrado (Barros, 2007a) detectamos a presença de ambos. Segundo Wilson Suzigan (1986, p. 67), a análise de um país ou região “novo” a partir dos “efeitos de encadeamento” se baseia no seguinte:

Uma vez que se trata da economia de país periférico (ou de um país novo), as condições econômicas internacionais e a posição subordinada do país na divisão internacional do trabalho são dadas. Assim, o principal determinante da potência de um produto básico para gerar efeitos de encadeamento ou de expansão é a natureza desse produto, ou seja, sua capacidade de induzir investimentos no mercado interno através da demanda de fatores e insumos intermediários para sua produção da possibilidade de processamento ulterior do produto básico, e da distribuição da renda proveniente da expansão do produto básico de exportação.

É através da diversificação de investimentos do capital agrário, portanto, que são criados os pré-requisitos básicos para a industrialização de Juiz de Fora. Ao transformarem seus instrumentos de entesouramento e poupança em título que proporcionaram li-

quidez e “descongelamento” da riqueza, devidamente demonstrado por Almico (2001), certos cafeicultores contribuíram para a monetização da economia regional, em face, sobretudo, das pressões por demanda de recursos no mercado financeiro local por parte da própria aristocracia cafeeira. Pressões essas devido a fatores originados no interior da estrutura da produção cafeeira, como a sazonalidade típica de um produto de natureza agrícola, ocasionando rendas na colheita e exportação, porém, gastos durante todo o período de entre-safra e a variedade das colheitas, ora abundantes, ora reduzidas, o que obrigava o fazendeiro a buscar crédito de curto e médio prazo (Sweigart, 1980; Saes, 1986; Pires, 2010; Almico, 2009). Neste sentido, podemos dizer que a condição primordial para a diversificação ocorrida foi a existência de um excedente econômico em termos monetários concentrados nas mãos de um grupo reduzido, a elite cafeeira, exposto em Saraiva (2008); Almico (2001) e Albuquerque e Nicol (1987).

Outro fator significativo seria a introdução de inovações na atividade econômica, pela qual a cidade também teria cumprido esta pré-condição, através de uma série de iniciativas empresariais modernizadoras, de sustentação logística da economia local, como a construção da Rodovia União e Indústria, construção de linhas e ramais ferroviários (Central do Brasil e Leopoldina Railway), o advento da energia elétrica a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Marmelos e da fundação da Companhia Mineira de Eletricidade (CME), além de serviço de telégrafo e dezenas de casas bancárias (Barros, 2007).

Segundo Guilherme Grandi,

“Mais recentemente, surgiram dois importantes trabalhos que também merecem uma alusão da nossa parte. O primeiro deles, de autoria de William Summerhill (2003), examina o impacto econômico das ferrovias brasileiras, em 1913, sobre o produto nacional. Seguindo o modelo de análise dos cliômetros, Summerhill se propõe a calcular o índice que representaria a chamada “economia social” (the social savings) gerada pela inovação ferroviária, sem deixar de ponderar que a magnitude de tal medida varia de acordo com o índice deflator utilizado para se estimar o valor das tarifas ferroviárias. Já o segundo estudo de relevo é o livro de Maria Lúcia Lamounier (2012) como resultado de sua tese de livre-docência defendida, em 2008, na Universidade de São Paulo (Campus de Ribeirão Preto). Esse estudo reúne os resultados de anos de pesquisa de Lamounier sobre a organização do mercado de trabalho em torno da construção das ferrovias no país e, de acordo com Colin Lewis, que assina a Apresentação do livro, consiste numa valiosa contribuição à revisão das análises historiográficas convencionais sobre o tema” (Grandi, 2016, p. 385-6).

Avaliamos que a região da zona da Mata experimenta entre 1880 e 1930 um processo significativo de diversificação econômica, induzida pela expansão das exportações, consolidado num espectro relativamente amplo de setores e atividades presentes no próprio espaço regional: um parque industrial bastante diversificado, um setor financeiro-bancário

próprio, serviços públicos, produção agrícola para exportação e para abastecimento regional, uma rede de transportes e de comercialização, entre outros elementos, cujo relacionamento recíproco permite a sua caracterização econômica como um complexo cafeeiro.

Em Cano (1977), são esboçados por esse autor os principais componentes para a formação e expansão do complexo cafeeiro paulista. A zona da Mata mineira desenvolveu-se aceitando o proposto por Cano, seis dos oito componentes apontados por ele. Quando Cano afirma no ponto *viii*: “finalmente, a atividade do Estado (...) principalmente pela ótica do gasto público”, (Cano, 1977, p. 21), devemos lembrar que em Minas, durante a República Velha, a elite cafeeira da zona da Mata, apesar de influente, jamais conseguiu hegemônizar as decisões do Partido Republicano Mineiro (PRM) ainda que fosse a maior força econômica do estado (Barros, 2005a; 2005b).

No ponto *vi*, Cano (op. cit., p. 20) escreve: “a atividade do comércio de exportação e de importação”. Minas Gerais historicamente sempre importou e exportou pelos portos do Rio de Janeiro e de São Paulo e, posteriormente, já no século XX, do Espírito Santo (Barros, 2007). Se for um ônus para a zona da Mata, o é para todas as regiões mineiras. Contudo, a eliminação da figura do comissário de café em fins do século XIX realizada pela economia da Mata, substituindo-o pela negociação direta com as casas exportadoras, amenizou, sem dúvidas, as perdas dos exportadores da região. Assim, dados os componentes, ainda que seja um tema para estudos e debates, consideramos que a zona da Mata reuniu os componentes essenciais citados por Cano para podermos classificá-la como um complexo cafeeiro, pelo menos até 1930 (Pires, 2004; Barros, 2007).

5. O processo de desestruturação do complexo cafeeiro da zona da mata mineira no decorrer da década de 1930

O que ora propomos é um estudo que analise como esse sistema financeiro *desmoronou*. Como surgiu e se desenvolveu as características do complexo cafeeiro local nos parece estar bem analisado pela historiografia. Porém, como e de que forma declinou ainda precisamos aprofundar as pesquisas. Procurei iniciar tais pesquisas em Barros (2007) e intento aprofundá-las no doutoramento.

Sem embargo, o período permeado pelo esgotamento dos solos da região (1925/1926), pelos efeitos da crise de 1929 e pelas mudanças de política econômica no decorrer da década de 1930, e seus desdobramentos para o complexo cafeeiro da zona da Mata mineira carece de estudos mais aprofundados. Ao analisar os inventários *post-mortem* de fazendeiros e registros de empresas, percebemos que as principais empresas de Juiz de Fora, até 1929, tinham entre seus acionistas fazendeiros da região. Estes possuíam ações de empresas ligadas a setores diversos da economia regional, como: indústria, comércio, rodo-ferroviário, financeiro, transportes urbanos, energia elétrica, construção civil e diversos outros (Pires, 2004; Barros, 2007) Por outro lado, ocorre um aumento vertigi-

noso no número de processos de falências e de concordatas de sociedades anônimas em Juiz de Fora, entre os anos de 1925 e 1933, demonstrado nas Tabelas 8 e 9 (Barros, 2007).

Algumas questões se colocam de imediato: em primeiro lugar, o comportamento empresarial no segmento urbano-industrial de Juiz de Fora no decorrer da década de 1930. É preciso analisar quais firmas faliram, em que setores, e seus tamanhos. Por outro lado, precisamos saber quantas e quais firmas foram abertas. Em segundo lugar, é preciso que se analise o comportamento do Credireal durante a década de 1930, em especial os investimentos de sua carteira agrícola e industrial (Ver Almico, 2009).

Tabela 8 – Número de falências de estabelecimentos industriais em Juiz de Fora – 1921/1930

Ano	Nº de falências	Empresa(s) falida(s)
1921	01	Antônio Martins & Cia.
1922	05	Manoel Gonçalves da Silva & Cia.; Oscar Rodrigues & Irmão; Antônio Rodrigues Cruzeiro & Cia.; Francisco Garcia de Lacerda & Cia.; Arthur Bisaggio & Cia.
1923	05	Manoel Barreto & Cia.; João Luiz de Freitas & Cia.; J. Carvalho & Cia.; Moreira, Cruz & Cia.; Kalil Chahrouri & Cia.
1924	04	J. Toledo & Cia.; Herbert Neubaer & Cia.; Colucci, Mafra & Cia.; Irmãos Muller & Cia.;
1925	18	José Bittar & Cia; Carvalho Junior & Cia.; Antônio S. Ganimi & Cia.; Eduardo Duarte & Cia.; Wagih Assis & Cia.; A. Ferreira do Amaral & Cia.; Victor Schneider & Cia.; Fernandes Lopes & Cia.; Honório de Carvalho & Cia.; Albano Perasini & Cia.; Pedro Cavalieri & Filho; Manoel Theotônio Soares & Cia.; L'astorina & Cia.; Samuel, Weissblum & Cia.; J. Dutra & Cia.; Humberto D'agosto & Cia.; José Moreira Sob ^o & Cia.; Miguel Trabolci & Cia.
1926	15	Edwards & Cia.; Irmãos Mattos & Cia.; A. Costa & Cia.; Irmãos Fontes & Cia.; Nicolao Lovisi & Cia.; Miguel Pedro & Cia.; Germano Otto & Cia. (Indústria Mecânica Progresso); Américo Sabir & Cia.; J. Pinheiro Guedes & Cia.; J. L. Barros & Cia.; Cia. Dias Cardoso; Romão Otto & Cia.; J. Gonçalves Gomes & Cia.; J. Tardio & Cia.; Manoel Pereira Pinto & Cia.; Irmãos Penna & Cia.
1927	07	Amaro C. Albuquerque & Cia.; Manoel Corrêa & Cia.; A. Marques de Oliveira & Cia.; Borges de Mattos & Cia.; Schimitz & Cia.; Cigliano, Ponz & Cia.; Sebastião F. Dias & Cia.
1928	13	Elias Sayegh & Cia.; Cia. Fabril de Juiz de Fora; J. Moutinho & Cia.; Mascarenhas & Procópio Sociedade Mercantil; S. O. Cherem & Cia.; Manoel Pestana Jr. & Cia.; Luiz Gervason & Cia.; Felipe Moyzes & Cia.; Cia. Renato Dias; M. Rodrigues & Cia.; Roque Falci & Cia.; J. Willig & Cia.; A. Halfeld Miranda & Cia.

1929	20	Moyses & George Hallack; Pedro Lucci & Cia.; Zappa & Irmão Cia.; Tecelagem São Francisco; Eduardo Guedes de Pinho & Cia.; Judith Fernandes de Carvalho & Cia.; Francisco L. Barros Jr. & Cia.; Álvaro Pimentel & Cia.; Ribeiro & Irmão; Bruno Barbosa do Rego & Cia.; Simões Coelho, Silveira & Cia.; Paschoal Mazzocolli & Cia.; J. A. Teixeira de Andrade & Cia.; Maximiano Menini & Cia.; Walber Schmid & Cia.; Felipe Antônio & Cia.; Vicente Cerutti & Cia.; Pereira de Lima & Cia.; Idolino Rodrigues de Oliveira & Cia.
1930	07	Álvaro Izento & Cia.; Armindo J. Fernandes & Cia.; Felício Ciuffo & Cia.; F. Jorge & Irmão; Fernando Lobo Sob ^o & Cia.; Alberto Moyses & Cia.; Silvério Antunes & Cia.

Fonte: *Processos de Falências e Concordatas de Firms – Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AH-UFJF), vários anos.*

Tabela 9 – Número de falências de estabelecimentos industriais em Juiz de Fora – 1931/1940

Ano	Nº de falências	Empresa(s) falida(s)
1931	12	<i>Jorge Miguel & Irmão; Jeremias Augusto Chaves & Cia.; Cauzzi, Fontes & Cia.; Cia. Mercantil de Juiz de Fora; J. G. Martins & Cia.; Indústria de Calçados São João; Ayres Reis Conde & Cia.; M. Bessa & Cia.; A. Pinto Corrêa & Cia.; Fusco & Cia.; F. Góes, Teixeiras & Cia.; Adelino Augusto Cardoso & Cia.</i>
1932	09	<i>Bartolo Pigozzo & Cia.; Ernâni Pinto & Cia.; Antônio Alves Ferreira & Cia.; Garcia Couri & Cia.; Cia. Industrial e Comercial América; Cyrino, Moraes & Cia.; Nagib Kruk & Cia.; Caetano Tolino & Cia.; J. Nicola Mazzocolli & Cia.</i>
1933	09	<i>Gaspar Lino & Cia.; Salim Canaan & Cia.; Vellozo & Andrada (Moinho São Gabriel); Joaquim José da Silva & Cia.; Ferreira, Machado & Cia.; Simão Antônio & Cia.; Alberto A. Fonseca & Cia.; Francisco Couri & Cia.; Isaac Herbst & Cia.</i>
1934	03	<i>León Kravihik & Cia.; A. Pestana & Cia.; Herman Michelstadtler & Cia.</i>
1935	06	<i>Caiaffa & Cia.; Arthemiro Araújo & Cia.; Francisco Alves Vieira & Cia.; Monteiro & Cia.; Cláudio de Souza Ferreira & Cia.; Manoel Gomes dos Santos & Cia.</i>
1936	01	<i>Silva Madeira & Cia.</i>
1937	04	<i>Alfredo Kalargi & Cia.; Julio Menini & Cia.; Dahil Jorge & Cia.; Cia. Cervejaria Americana.</i>
1938	03	<i>Olivier Diele & Cia.; Irmãos Costabile & Cia.; Boris Brener & Cia.</i>
1939	06	<i>Garcia Mello & Cia.; H. F. Stumm & Cia.; Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira; Mário Assad & Irmão; Frisoni & Irmãos; Antonio Fernandes Ervilha & Cia.</i>

1940	03	<i>Manoel de Mattos & Cia.; Zigman Chusid & Cia.; J. Fernandes Rosa & Cia.</i>
------	----	--------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: *Processos de Falências e Concordatas de Firms – Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AH-UFJF) – vários anos.*

A maioria das empresas de Juiz de Fora tinha contas e negócios com o Credireal. Em terceiro lugar, é preciso analisar o comportamento econômico dos cafeicultores da zona da Mata após 1929. Qual o impacto real dos efeitos dessa crise para a economia regional, já em crise de reprodução no setor agrário? Por fim, é preciso analisar os impactos da política econômica nacional do pós-1930 entre as elites econômicas e políticas mineiras. São questões historicamente importantes e ainda sem respostas concisas.

Sabemos que no campo político, a indicação em 1934 pelo presidente da República, Getúlio Vargas, de Benedicto Valladares para o cargo de interventor federal em Minas Gerais contribuiu decisivamente para o gradual enfraquecimento do deputado federal e ex-presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada ao longo da década, culminando em 1937 com sua retirada de cena (Pereira e Faria, 1988). Artur Bernardes, presidente da República entre 1923 e 1926, foi exilado em 1932. Em 1935, a sede do Credireal, principal instituição bancária de Minas passa de Juiz de Fora para Belo Horizonte, decisão menos de teor administrativo do que de interesse de política econômica por parte de Valladares (Barros, 2007).

Essa nova elite econômica situada em Belo Horizonte, conformava-se com a posição de ver seus interesses atrelados entre os do executivo mineiro e o capital estrangeiro, no entanto, para garantir o máximo de espaço e poder de barganha, precisava ter o controle de lideranças políticas, empresários e fazendeiros (Barros, 2007). Assim, fica nítido no projeto belorizontino que era preciso tirar da zona da Mata e de Juiz de Fora as posições de destaque que tinham no cenário mineiro, o que foi feito gradativamente através de uma série de decisões a partir de 1933, quando assume Valladares. Nessa vertente, a Associação Comercial de Minas (ACM) (Zaluth Bastos e Fonseca, 2012), sediada em Belo Horizonte passa, a partir de 1935, a ser a porta-voz dos interesses de empresários e fazendeiros do estado, suplantando a ação e liderança da Associação Comercial de Juiz de Fora (ACJF), ao mesmo tempo em que a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), fundada em 1934, mesmo em posição de coadjuvante da ACM, se consolidava estadualmente, em detrimento da atuação regional do Centro Industrial de Juiz de Fora (CIJF) (Paula, 2007; Barros, 2007). Ver a Tabela 10, abaixo.

Tabela 10 – Indústria manufatureira e fabril – Belo Horizonte – 1936/1941

Ano	Nº de estabelecimentos	Capital (contos de reis)	Pessoal empregado
1936	466	50.338.071	7.669
1937	627	61.379.517	8.651

1938	739	63.578.555	9.148
1939	712	69.565.892	9.563
1940	716	70.391.749	9.389
1941	721	109.843.660	10.007

Fonte: DEE (1943). Boletim DEE, Belo Horizonte, n. 20, jan./fev.

No caso mineiro, a crise de 1929 e a década de 1930 trouxeram não somente uma mudança em termos de matriz econômica, mas uma nova forma de se pensar economicamente o papel de Minas Gerais. A região Central-Metalúrgica durante os anos 1930, torna-se a região mais desenvolvida de Minas Gerais tendo seu pólo urbano na capital, Belo Horizonte, que, por sinal, somente se assume enquanto capital nesse período, centralizando decisões e instituições vitais para o desenvolvimento capitalista em Minas. As perguntas que surgem são: em primeiro lugar, a ascensão política e econômica da região Central significaria, indelevelmente, o declínio do setor urbano-industrial e financeiro sediado na zona da Mata? Em segundo lugar, o modelo do complexo cafeeiro da Mata encerrava contradições estruturais endógenas difíceis de ser superadas?

6. Hipóteses e natureza das fontes do projeto

Consideramos que, após esta breve explanação sobre a delimitação do projeto de pesquisa e os pressupostos teóricos que julgamos mais importantes na sua orientação, devemos passar ao esclarecimento do conjunto de hipóteses relacionadas com a análise proposta. Neste sentido, assim podemos dividir as principais hipóteses de trabalho:

Em primeiro lugar, o setor mais importante do complexo regional, o produtor cafeeiro, demonstra na segunda metade da década de 1920 sinais de esgotamento da sua capacidade de reprodução ampliada. Ao contrário do período após a crise dos preços do início do século XX onde é possível observarmos uma quantidade razoável de matas virgens no interior das unidades produtoras, estas estão praticamente esgotadas ao final da década de 1920, devido, sobretudo, ao sistema extensivo de uso do solo. Estagna-se o setor de ponta do complexo regional. Tal situação origina uma retração no interior do mercado consumidor da economia regional, estando este diretamente ligado à capacidade de ampliação do capital cafeeiro; com a desaceleração do processo de acumulação deste capital cafeeiro desorganiza-se o mercado de financiamentos de longo prazo, fatal para a reprodução de uma economia agroexportadora nos moldes da cafeeira. A crise de 1929 eclode, portanto, em uma conjuntura de estagnação do setor agroexportador do complexo cafeeiro da zona da Mata mineira, contribuindo para aumentar as dificuldades neste setor, uma vez que a crise de 1929 trouxe consigo uma nova orientação da política creditícia do governo de Minas Gerais e que veio a desfavorecer os cafeicultores da região analisada.

Num segundo momento, o setor industrial do complexo agroexportador experimenta um período de investimentos (aumento da produção, crescimento da capacidade produtiva, crescimento da relação operário/empresa, emissão de debêntures, entre outros) durante toda a década de 1920, inclusive no momento agudo da crise de 1929, apoiando-se, sobretudo, na intermediação bancária através de operações de curto prazo, e, em menor grau, nas operações de longo prazo e aquelas não restritas à esfera bancária como o mercado de ações e títulos de débito. No entanto, ainda que tais investimentos tenham ocorrido, os sinais de crise no setor produtor cafeeiro do complexo regional restringiram o consumo e a demanda pelos produtos do setor industrial (sobretudo no período imediato à crise de 1929) originando aí uma crise de graves consequências financeiras, já na primeira metade da década de 1930.

As empresas de menor porte são as primeiras a sentir os impactos da crise estrutural, o que já acontece no período imediatamente anterior à crise de 1929; já aquelas empresas maiores (em seus diversos ramos) que dispunham inclusive de mercados “externos” à zona da Mata mineira, resistem até o início da década de 1930, começando a sofrer em maior intensidade os impactos referidos acima. Diante do até aqui hipoteticamente proposto, cremos que a política econômica sustentada pelo governo de Minas Gerais no pós-1930 foi de fundamental importância para o aumento do quadro de crise vivenciado pela economia agroexportadora da zona da Mata mineira no período.

Terceiro: dentro do novo padrão de acumulação capitalista que emerge no país na década de 1930, que trouxe consigo a concentração industrial, o governo de Minas Gerais opta pelo apoio ao desenvolvimento industrial da região Central – metalúrgica do estado, favorecendo com isto a indústria siderúrgica e elegendo como principal polo urbano aglutinador de serviços ligados a tal política industrial, a capital do Estado: Belo Horizonte. Ocorre então, uma mudança na orientação da política creditícia do governo de Minas Gerais – canalizada através do Banco de Crédito Real, encampado pelo Estado desde 1919 –, onde a região Central-Metalúrgica passa a ser amplamente protegida; de acordo com a nova orientação desta política, a região agroexportadora mais beneficiada no estado (do ponto de vista da liberação de recursos pelo governo estadual) seria o Sul de Minas, área de produção cafeeira mais recente que a zona da Mata e melhor articulada politicamente do que a segunda no período pós-1930. Assim, com a diminuição dos incentivos financeiros à zona da Mata – lembrando sempre da condição marginal desta economia regional frente aos maiores centros produtores do país, o governo de Minas Gerais contribui decisivamente para a desestruturação econômico-financeira desta região e consequente desmonte do maior parque industrial existente no estado até então;

Por fim, cabe ressaltar que a crise de 1929 marca um momento importante a ser investigado pela historiografia econômica regional, na busca de uma melhor compreensão do desenvolvimento da economia da zona da Mata mineira. Os instrumentos de análise como os inventários *post-mortem* de cafeicultores e industriais, os balanços de firmas, ativos de natureza financeira, processos de falências, entre outros, estão a indicar que: a) Após a cri-

se de 1929 agrava-se a situação da estrutura agroexportadora do complexo que deixa de contar com boa parte dos incentivos fiscais e creditícios advindos, sobretudo, do governo estadual; a crise desta estrutura agroexportadora vem numa espiral crescente desde o início da década de 1920, no tocante não só à produção em demasia dos cafezais já existentes, mas, sobretudo, ao esgotamento de áreas *novas*, indispensáveis para a reprodução do sistema, levando em conta o uso extensivo do solo que era praticado; b) No pós-1929, a estrutura urbano-industrial da região – impensável fora do contexto econômico no qual predominava visivelmente a estrutura agroexportadora – sentindo os reflexos da crise neste setor, começa então a contrair-se, originando um processo relativo de decadência que, no âmbito geral, evolui durante o período final da análise que ora propomos, a década de 1930.

Este é um Projeto de pesquisa que se orienta pelos pressupostos da história econômica. A partir de um território econômico – o complexo cafeeiro da zona da Mata mineira – procura a busca de dados, fatos e subsídios que possam servir de instrumentos de análise do seu comportamento entre as décadas de 1920 e 1930. Para tanto, e acreditamos que não poderia ser diferente, dialoga com outros campos da história e da economia como o das políticas públicas e o do desenvolvimento econômico regional no referido período (Eichengreen, 1990; 1992; Colistete, 2002; Fonseca, 2010; Zaluth Bastos, 2001; Marcondes e Oliveira, 2018), além dos autores citados à página 12 supra.

Dessa forma, no que se refere ao primeiro grupo de hipóteses levantadas, referidas às dificuldades de reprodução surgidas na estrutura agroexportadora do complexo cafeeiro regional durante a década de 1920, convém avaliar a evolução e, principalmente, a composição do passivo dos principais agentes aqui envolvidos, ou seja, os fazendeiros de café. É preciso considerar também a dinâmica interna das unidades produtoras no sentido de captarmos a quantidade e a idade dos cafeeiros em produção, além da extensão de áreas novas (matas virgens) disponíveis para o *continuum* da produção e, conseqüentemente, a reprodução do sistema. Tais análises só podem ser viáveis através do estudo dos inventários *post-mortem*.

Com relação ao segundo grupo de hipóteses levantadas, referentes ao comportamento da estrutura industrial da economia regional no período em questão, pretendemos investigar elementos tais como: investimentos no setor, captação de recursos via segmento financeiro-bancário e lançamentos no mercado local de ações, títulos, debêntures, etc. A partir da consulta e da análise dos processos de falência pretendemos identificar os principais insolventes, com atenção especial para as unidades industriais, e os momentos em que, eventualmente, as falências se avolumaram de forma a que possamos estabelecer uma correlação entre o número de falências e as principais flutuações econômicas que marcam o período. Nos mesmos processos de falências podemos identificar os credores mais importantes (incluindo-se os intermediários financeiros) e as principais formas de débito existentes (de longo ou curto prazo), com vistas a verificar se o montante de débito tinha por origem recursos financeiros oriundos da economia regional.

Podemos dizer que a análise e coleta de informações relativas aos processos de falências revelam muito do aspecto financeiro das unidades econômicas (industriais, comerciais e, mesmo, agrícolas) presentes na economia local. Quando listam e revelam os principais credores dos falidos torna-se possível identificar sua natureza e origem (social e geográfica) dos credores, a natureza do débito das unidades (de longo ou de curto prazo), a presença de bancos e outras instituições financeiras, etc. Desta forma, boa parte dos aspectos básicos da rede de crédito que existiu no período, pode ser mapeada e devidamente analisada.

Para o terceiro grupo de hipóteses, consideramos de fundamental importância a análise das atas das reuniões da Diretoria do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, disponíveis no Museu do Banco – em Juiz de Fora. Tal análise já vem sendo feita para o período até 1929 por trabalhos recentes, porém, julgamos ser importante, estendê-la para todo o período da década de 1930, onde poderemos verificar o comportamento dos investimentos e financiamentos efetuados pelo banco, os montantes respectivos e em quais regiões do Estado foram alocados. Tal análise, associada à documentação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (antiga Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio) pode revelar como a política econômica sustentada pelo governo mineiro no pós-1930 canalizou seus recursos, investimentos e créditos. Nosso objetivo é detectar qual o setor industrial e agrícola e em quais regiões do estado de Minas são mais favorecidos e estimulados neste período da análise.

Um corpo singular de fontes a ser utilizada é aquele relativo à imprensa (Jornais e Periódicos) editados no período 1920/1940. A partir da consulta aos jornais existentes na Biblioteca Municipal de Juiz de Fora, no Arquivo Público Municipal de Juiz de Fora e nos acervos das Associações Comerciais (Juiz de Fora e Mineira), trataremos de demarcar os principais períodos de crescimento industrial que marcaram o passado histórico do município de Juiz de Fora, bem como identificar as maiores empresas (principalmente as acionárias) que vão se constituir no período. Cabe aqui dizer que os jornais traziam como determinação legal, componentes da vida econômica e financeira das companhias organizadas como sociedades anônimas, tais como: relatórios, atas de acionistas, pagamento de dividendos, lançamento de debêntures e sua contabilidade anual, o que permite, até certo ponto, acompanhar a vida econômica e financeira destas empresas. Elementos significativos dessas informações são os passivos da contabilidade destas companhias que permitem a análise do mecanismo pelo qual se realizavam os financiamentos de suas operações e o lançamento de debêntures que, aparentemente, ocorriam no próprio mercado local.

Por fim, no que diz respeito ao quarto grupo de hipóteses, utilizaremos todas as fontes documentais citadas acima, com especial atenção para os inventários *post-mortem* de fazendeiros e industriais, além dos importantíssimos processos de falências, estando atentos para a verificação do potencial das firmas em estado falimentar e como se comportam as pequenas e grandes empresas (sobretudo as sociedades anônimas) diante das flutuações econômicas ocorridas no período. Portanto, é no escopo deste procedimento metodológico

que pretendemos investigar o desenvolvimento econômico e financeiro do complexo agro-exportador da zona da Mata de Minas Gerais, num período crucial do desenvolvimento capitalista do país, onde o papel do Estado ganhava novos contornos, assumindo-se como grande empreendedor das iniciativas industriais, ligadas, sobretudo, ao setor siderúrgico. Em suma, analisaremos o comportamento de uma economia regional “marginal”, diante dos impactos da crise de 1929, do novo modelo de acumulação capitalista vigente no país após 1930 e das políticas públicas do governo mineiro para os segmentos agrícolas e industriais.

Conclusões preliminares

Enfim, pensamos que a delimitação cronológica proposta para o Projeto sustenta-se plenamente, uma vez que o ano de 1920 inaugura uma década onde os alicerces do modelo econômico agrário-exportador nacional começam a dar sinais de estrangulamento, assim como um dos elementos fundamentais para a economia da zona da Mata mineira, a capacidade de ampliação reprodutiva das unidades agrárias. O desenvolvimento econômico, nacional e regional, está em xeque. Na outra ponta do recorte cronológico, 1940, seria aquele no qual a economia regional da Mata mineira *mergulharia* em sua crise definitiva, sufocada que estava pela falta de investimentos no setor industrial e pela concorrência com a região Central-Metalúrgica, privilegiada no contexto do novo padrão de acumulação capitalista brasileiro iniciado após 1930. Ou seja, já ao final dos anos 1930 o projeto de Benedicto Valladares e da burguesia belorizontina estaria sedimentado, em detrimento da força econômica da zona da Mata de até então, encerrando as batalhas do conflito intraclasse estabelecido em Minas durante essa década, radicalizando ainda mais o “mosaico” mineiro (Wirth, 1982).

Referências

1- Fontes primárias

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AH-UFJF):

- Processos de falências de sociedades anônimas e firmas limitadas de Juiz de Fora (ramos industrial, comercial, financeiro e agrícola) – 220 processos – 1920/1040;

Arquivo da Associação Comercial de Juiz de Fora (ACJF):

- “Gazeta Commercial” – órgão oficial da ACJF – 1928/1935.

2- Fontes impressas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ALEMG). *Mensagens do Governador Benedito Valladares ao Legislativo Mineiro – 1935/1936*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984.

ESTEVES, Albino/PREFEITURA DE JUIZ DE FORA (PJF). *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Recenseamento Geral do Brasil de 1940 – Censos industriais de Minas Gerais e São Paulo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

MINAS GERAIS. *Anuário Estatístico, (1922-1925)*. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura/Imprensa Oficial, 1929.

_____. *Anuário Estatístico de Minas Gerais, (1921)*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura/Imprensa Oficial, 1926

_____. *Minas segundo o recenseamento de 1920*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura/Imprensa Oficial, 1921.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA (PJF). *Relatório da Prefeitura Municipal pelo Prefeito Pedro Marques de Almeida – 1931*. Juiz de Fora: PJF/Companhia Dias Cardoso, 1932.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Marcos. & NICOL, Robert. *Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira*. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

ALMICO, Rita. *Dívida e obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, secs. XIX/XX*. Niterói: UFF, 2009 (Tese de Doutorado em História Social da UFF).

_____. *As fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações da riqueza pessoal em Juiz de Fora. 1870-1914*. Campinas: UNICAMP, 2001 (Dissertação de Mestrado em História Econômica da UNICAMP).

ANDRADE, Rômulo. (1995). *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco (Zona da Mata Mineira, Século XIX)*. São Paulo: USP, 1995 (Tese de Doutorado em História Econômica da USP).

ANDRADE, Silvia. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

ARANTES, Luís. *As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora (1858/1912)*. Niterói: UFF, 1991 (Dissertação de Mestrado em História Social da UFF).

BALDWIN, Robert. *Padrões de desenvolvimento nas regiões de colonização recente*. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar/Minter, p. 345-362, 1977.

BARROS, Nicélio. *Relações políticas e (des)envolvimento regional: uma análise do comportamento dos setores industriais de Juiz de Fora e de Belo Horizonte entre 1925 e 1940*, *Cadernos de História da UFOP*, Ouro Preto, v. II, n. 2, p. 208-29, 2008.

_____. *Sob clima tenso: crise estrutural, mudanças institucionais e deslocamento do eixo político e econômico em Minas Gerais – 1920/1940*. Vitória: UFES, 2007 (Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas).

_____. História regional, café e indústria: a zona da Mata mineira. XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, XXIII, Londrina. Anais eletrônicos complementares ANPUH/UEL/Mídia Editorial, 2005a.

_____. Coronelismo, estratégias e ação política em Minas Gerais - 1889/1930. SIMPÓSIO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-ES, V, (2005b), Vitória.

BASTOS, Pedro Zaluth e FONSECA, Pedro Dutra. (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012. 476 p.

BASTOS, Pedro Zaluth. *A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)*. Campinas: UNICAMP, 2001 Tese de Doutorado em Economia da UNICAMP.

BASTOS, Wilson et al. *História Econômica de Juiz de Fora (subsídios)*. Juiz de Fora: IHGJF, 1987.

BLASENHEIN, Peter. Uma história regional: a Zona da Mata mineira - 1870 / 1906. SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS – A REPÚBLICA VELHA EM MINAS, V, Belo Horizonte.

CAMERON, Rondo. *Theoretical bases of a comparative study of the role of financial institutions in the early stages of industrialization*. In: _____. *Financing industrialization*. v. 2. Cambridge: Edward Elgar, p. 1-20, 1992.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977.

CHRISTO, Maraliz. *A Europa dos pobres*. Niterói: UFF, 1988 (Dissertação de Mestrado em História Social da UFF).

CICCONE, Antonio. (2008). *Linkages*. In: DURLAUF, Steven e BLUME, Lawrence (Eds.). *The New Palgrave Dictionary of Economics Online*. London: Palgrave Macmillan. Disponível em: http://www.dictionaryofeconomics.com/Article?id=pde2008_L000107. Acesso em 10 de novembro de 2015.

COLISTETE, Renato. Há lugar para teoria em estudos de história econômica? Uma análise das relações entre grupos de interesse, política comercial e desempenho econômico de longo prazo, *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 297-334, 2002.

COSTA, Fernando. *Bancos em Minas Gerais: 1889/1964*. Campinas: UNICAMP, 1978 (Dissertação de Mestrado em Economia da UNICAMP).

CROCE, Marco. *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1889-1899)*. Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado em História Social da UFF).

DELGADO, Ignácio. *A estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas Gerais*. Juiz de Fora: EDUJF, 1997.

DESTRO, José Augusto. *A transição da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora – 1896-1930*. Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado em História Social da UFF).

DINIZ, Clélio. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG, 1981.

DOMINGUES, Edson et al. Cenário macroeconômico para a economia brasileira 2010-2025: repercussões no Estado de Minas Gerais e seus Municípios. SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, XIV Diamantina, 2010, Diamantina.

DULCI, Octávio. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DUTRA, Eliana. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec/UFMG, 1988.

EICHENGREEN, Barry. *Golden Fetters: the gold standard and the great depression (1919-1939)*. New York: Oxford University Press, 1996.

_____. *Elusive stability: essays in the history of international finance, 1919-1939*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FIGUEIREDO, Aline e DINIZ, Clélio. Distribuição regional da indústria mineira, *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 39-69.

FONSECA, Pedro Dutra. Keynes: o liberalismo econômico como mito, *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, p. 425-447, 2010.

GIROLETTI, Domingos. *A industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)*. Juiz de Fora: EDUJF, 1988.

_____. *A modernização capitalista em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988 (Tese de Doutorado em Sociologia da UFRJ).

GOULARTI Fº, Alcides & CIMÓ QUEIROZ, Paulo. *Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil*. Dourados: UFGD, 2011.

GRANDI Guilherme. Transportes e desenvolvimento econômico no Brasil entre 1945 a 1960, história econômica & história de empresas, vol. 19, n. 2, p. 385-6, 2016.

GUIMARÃES, Elione. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: Juiz de Fora, Minas Gerais*. Niterói: UFF, 2005 (Tese de Doutorado em História Social da UFF).

HIRSCHMAN, Albert. *Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada*. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Maurício. (Orgs.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, p. 31-79, 1985.

INNIS, Harold. *Essays in Canadian Economic History*. Toronto: University of Toronto Press, 1956.

LANA, Ana (1985). *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870 – 1920*. Campinas: UNICAMP, 1985 (Dissertação de Mestrado em História da UNICAMP).

LENHARO; Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: UFRJ/SEMEC, 1994.

_____. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais – 1870/1920*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

LOBO, Eulália. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MARANDUBA, Noé. *Política regional, crescimento econômico e convergência de renda em Minas Gerais*. Juiz de Fora: UFJF, 2007 (Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada da UFJF).

MARCONDES, Renato Leite; OLIVEIRA, Lélío Luiz de. Outro modo de financiar o café: hipotecas no sudoeste de Minas Gerais (1890-1914). *Varia História (UFMG. IMPRESSO)*, v. 34, p. 227-260, 2018.

MARSON, Michel. A indústria de transformação no sul de minas gerais, 1907-1937, *história econômica & história de empresas*, v. 20, n. 1, p. 153-84, 2017.

MARTINS, Roberto. *A economia escravista em Minas Gerais no século XIX*, CEDEPLAR, Texto para Discussão nº 10, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 39 p, 1980.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995

MINAS GERAIS/FUNDAÇÃO/JOÃO PINHEIRO. (2011). *Perfil de Minas Gerais: a guide to the Economy of Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, 181 p. Disponível em: <http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/64-perfil-de-minas-gerais> Acesso em 25 de abril de 2016.

MIRANDA, Sônia (1990). *Cidade, capital e Poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester mineira*. Niterói: UFF, 1990 (Dissertação de Mestrado em História Social da UFF).

NOGUERÓL, Luiz Paulo. a transição para o trabalho livre no brasil: uma hipótese a partir da nova economia institucional, *história econômica & história de empresas* v. 19 n. 2, p. 265-294, 2016.

OLIVEIRA, Almir de. Os períodos históricos de Juiz de Fora, *Revista Testemunho*, Juiz de Fora, n. 4, p. 41-54, 1988.

OLIVEIRA, Mônica. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870*. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

_____. (1991). **Imigração e industrialização: os alemães e italianos em Juiz de Fora (1854-1920)**. Niterói: UFF, 1991 (Dissertação de Mestrado em História Social da UFF).

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Comércio e Indústria, 1966.

PAULA, Ricardo Zimbrão de. Estrutura e dinâmica da indústria de Juiz de Fora no contexto da industrialização brasileira – 1930/1985, *Revista Heera*, Juiz de Fora, v. 2, n. 4, p. 81-106, 2008.

PAULA, Ricardo Zimbrão de. *Região e regionalização: um estudo da formação regional da zona da Mata de Minas Gerais*, *Revista Heera*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 66-80, 2006.

PAULA, João Antônio de e MONTE-MÓR, Roberto. (2004). *Formação histórica: três momentos da História de Belo Horizonte*. In: LEMOS, Maurício Borges et al. (Coords.). Projeto BH Século XXI – Relatório Final – Módulo I. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG-PBH, 2004. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pbh/arquivos/Mod1.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2006.

PAULA, Maria Carlota. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970*. Belo Horizonte: UFMG, 1976 (Dissertação de Mestrado em Ciência Política da UFMG).

PEREIRA, Lúgia e FARIA, Maria Auxiliadora. *Presidente Antônio Carlos: um Andradista da República – o arquiteto da Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

PIRES, Anderson. Crédito comercial, financiamento bancário e crescimento industrial em Juiz de Fora – 1890 / 1930. SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, XIV, Diamantina, 2010.

_____. *Café, bancos e finanças: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata mineira. 1880/1930*. São Paulo: USP, 2004 Tese de Doutorado em História Econômica da USP.

_____. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870-1930*. Niterói: UFF, 1993 (Dissertação de Mestrado em História Social da UFF).

REZENDE, Maria Efigênia. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 39, p. 601-33, 1974.

ROTHERMUND, Dietmar. *The global impact of the global depression (1929-1939)*. London and New York: Routledge, 1996.

- SAES, Flávio. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista – 1850/1930*. São Paulo: IPE/EDUSP, 1986.
- SALVATO, Márcio et al. Disparidades regionais em Minas Gerais, *Ibmec MG Working Paper IBMEC-MG*, 35, Belo Horizonte, 25 p, 2006.
- SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império das Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853 -1893*. Niterói: UFF, 2008 (Tese de Doutorado em História Social da UFF).
- _____. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora (1870-1900)*. Niterói: UFF, 2001 (Dissertação de Mestrado em História Social da UFF).
- SILVA, Iliane; OLIVEIRA, Jorge Henrique; OLIVEIRA, Lélío L. de. do café à cana-de-açúcar: o impacto das transformações econômicas nas relações de trabalho na microrregião de ribeirão preto (sp), entre 1945 e 1985, *história econômica & história de empresas* v. 20, n. 2, p. 361-374, 2017.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana; análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Nacional, 1977.
- SOUZA, Sônia. (1998). *Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Niterói: UFF, 1998 (Dissertação de Mestrado em História Social da UFF).
- STHELING, Luiz José. *Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães*. Juiz de Fora: Funalfa, 1979.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SWEIGART, Joseph Earl. *Financing and marketing brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888*. Austin: University of Texas, 1980 (PhD Thesis).
- TANNURI, Luiz. *O encilhamento*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- VALVERDE, Orlando. O estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais, *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-82, 1958.
- VILLELA, Aníbal. e SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- WATKINS, Melville. A staple theory of economic growth, *Canadian Journal of Economics and Political Science*, v. 29, n. 2, p. 141-158, 1963.
- WILLUMSEN, Maria J. e DUTT, Amitava Krishna. Café, cacau e crescimento econômico no Brasil, *Revista de Economia Política*, v. II, n. 3(43), p. 49-67, 1991.
- WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.